

8 DE JUNHO
DE 1663

Sr. Sócrates,
estamos a avaliar
a sua ministra.
"Porreiro, pá!"

quem avalia
a ministra?
Hoje somos 100.000



Marcar a agenda

12 de Fevereiro pode ser reconhecido como o dia da mudança na agenda política educativa em Portugal.

No Porto, mais de um milhar de professores encheram o Cinema Batalha e, num significativo avanço na acção reivindicativa, aprovaram por unanimidade a moção apresentada pela Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (ver pág. 05). Depois, num claro sinal de apoio às acções propostas, centenas de participantes aderiram à caminhada até ao Governo Civil do Porto, onde a moção aprovada foi entregue. Pelas ruas da cidade – naquele que agora sabemos ter sido apenas o primeiro movimento de professores –, muitos se entreolharam na esperança de que “agora é que isto vai”.

De facto, são já muitos os professores, muitas as escolas, que não calam mais a sua indignação face à forma como a política educativa tem sido dirigida. Aquela casa cheia tem-se alargado a diversos momentos e lugares e a união de vontades tem sido sentida, e desta vez acompanhada e relatada (!), pelos órgãos de comunicação social.

A reforma e a reestruturação do Estado anunciada, e concretizada nas medidas políticas e na legislação aprovada, invadiu de forma avassaladora o domínio da educação. Conceitos como *descentralização*, na transferência de competências para as autarquias; *autonomia* das escolas, na celebração de contratos de autonomia; o reforço da *avaliação* em diversos domínios (alunos, professores, escolas), na avaliação do desempenho, no programa de Avaliação Externa das Escolas – tornaram-se fundadores em todos os discursos e nas acções. A própria missão da Escola – das escolas públicas – tem sido permanentemente colocada no centro das decisões, muitas vezes sem ser o centro das reflexões.

É neste contexto que o debate sobre Educação tem sido alargado e tem protagonizado e marcado a agenda política – e não só a da educação! As políticas educativas e formativas e a forma como têm sido apresentadas e implementadas não deixam já lugar a indiferenças. A arrogância com que os principais decisores comentam as decisões de tribunais e os aparentes avanços/recuos/contradições nas suas decisões levam à incerteza e à confusão constantes nas escolas. O tempo dispendido para manter actualizado o conhecimento legislativo e as inúmeras reuniões para preparar processos que vão sendo reformulados quase semanalmente, e outros que se encontram ainda em negociação, ocupam a atenção, provocam desgaste e impedem a reflexão e a ponderação necessárias.

Agora que a problemática educativa (re)entrou na agenda política nacional, é tempo de os professores portugueses assumirem o seu papel neste debate. Porque ASSIM JÁ NÃO SE PODE SER PROFESSOR! ▶

Anabela Sousa, Área Sindical do Porto
(Escola Secundária de S. Pedro da Cova, Gondomar)

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Fotografias do Plenário Regional e da Marcha da Indignação** Isto É
Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto - Tel.: 226 070 500 - Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 23.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

O tempo dos professores

Cem mil educadores e professores! Impressionante!

Para todos os que se deslocaram a Lisboa, para aqueles que não puderam ou não quiseram ir, para a população em geral – desde os que enchiam os passeios de todo o trajecto e aplaudiam o desfile, aos que, em casa, o seguiam pela televisão –, as imagens do que viram não se apagarão facilmente da retina.

Para se ter a verdadeira noção da magnitude da Marcha da Indignação, basta pensar que dois de cada três professores estiveram em Lisboa. Na rua, inevitavelmente, pois não caberiam noutra sítio, dando corpo, voz e rosto a uma indignação tão grande quanto a imensa mole que descia do Marquês de Pombal até ao Tejo.

No final do cortejo desfilaram os professores do Norte. Um pano do SPN à cabeça identificava-os, abrindo um espaço em que a determinação de todos se lia nos olhos, nas palavras de ordem – muitas delas adaptadas à região que representavam –, nos cânticos, na firmeza de cada voz, na certeza da sua força. *A força e a vontade dos professores do Norte*, consigna do nosso sindicato, nunca foi tão clara, tão assumida, tão despojada de individualismos mesquinhos, tão unitária, tão real.

A “sorte” de sermos os últimos a desfilar – esquecendo o facto de termos perdido grande parte do que se passou no Terreiro do Paço – proporcionou-nos uma recepção tão calorosa como emocionante por parte dos que já enchiam a

grande praça. Viram-se lágrimas nalguns olhos, mas, sobretudo, ouviram-se aplausos solidários, genuinamente solidários, calor humano sem limites e também, porque não?, algum orgulho ao ver tão grande contributo do Norte para a inesquecível marcha.

Foram mais de 15 mil os professores do Norte que se acrescentaram ao caudal humano que deu vida diferente à baixa lisboeta. Foram exactamente 218 os autocarros levados pelo Sindicato dos Professores do Norte. Números impressionantes, sem dúvida, mas só possíveis quando a uma indignação tão forte, que não podia mais ser contida, se junta a vitalidade, o trabalho de proximidade escola a escola e a capacidade de organização de um colectivo de dirigentes e delegados sindicais que conduz a intensa actividade do SPN na senda dos seus mais profundos princípios essenciais – estar sempre com os professores, bebendo nos seus anseios a seiva da própria existência como sindicato, com eles se identificando permanentemente e neles se revendo quando se organizam todas e quaisquer acções de luta, das de mais pequeno âmbito às mais grandiosas.

Não nos esquecemos – por ser uma verdade límpida e inquestionável – que a ideia de a Fenprof organizar uma grande manifestação nacional antes do fim do 2º período nasceu aqui, na cidade do Porto, no decorrer do que parecia uma actividade de rotina – um plenário de professores do Norte, que a Direcção do SPN convocou para o Cinema Batalha, que os mais de 1.200 participantes fizeram pequeno, augurando o crescendo de mobilização que desaguou em Lisboa no dia 8 de Março.

Nunca, antes, uma classe profissional se mobilizou neste país de maneira tão clara. Mas, afinal, que ilações tirará o Governo deste facto?

No dia seguinte, em reacções de firmeza apavorada, com algo de patético à mistura, a própria ministra e alguns acólitos – com destaque para a inefável figura de Augusto Santos Silva, que ficámos a saber ter sido um intrépido lutador pela liberdade neste país... – vieram dizer que não se mexeriam um milímetro das suas posições, que não cediam a pressões de rua e até (pasmem-se!) desvalorizando aquilo que todos, repito todos, consideram a maior manifestação de professores neste país e o maior protesto sócio-profissional assumido publicamente.

Quando o abismo está mesmo à nossa frente, qualquer passo nesse sentido pode significar a inexorável queda. Lurdes Rodrigues, Santos Silva, Mário Lino e, quiçá, outros, estão dispostos a dar esse passo em frente. Estará José Sócrates disposto a fazer o mesmo? ▶



Abel Macedo,

Coordenador do SPN

SPN encheu Cinema Batalha

A nascente da indignação



Moção aprovada por unanimidade

Plenário exige valorização da profissão e da escola pública



“Os professores e educadores portugueses têm vindo a ser vítimas de uma política que os desconsidera e que desvaloriza o seu trabalho, tentando colá-los a uma imagem de incompetência e de desinteresse pelo sucesso educativo dos seus alunos. Nunca, como agora, a imagem social e profissional dos professores foi tão atacada.

No quadro de uma estratégia visando controlar administrativamente os docentes, a avaliação do desempenho imposta pelo Ministério da Educação (ME), para lá do seu carácter burocrático e economicista – no qual é clara a intenção de bloquear o acesso ao topo da carreira à esmagadora maioria dos docentes –, tem vindo a provocar grande instabilidade e perturbação nas escolas (...).

Por outro lado, têm vindo a ser introduzidas alterações no horário dos professores que estão a traduzir-se numa sobrecarga de trabalho, com implicações no desgaste profissional, na burocratização da actividade docente e em dificuldades crescentes no desenvolvimento do trabalho com os alunos (...)

Finalmente, e para lá de muitos outros problemas profissionais (...), o ME tenta impor um novo regime de gestão das escolas, que, sendo mais um instrumento posto ao serviço do controlo da profissão docente – introduz o último elo dessa cadeia de controlo, o regresso dos antigos reitores –, pretende terminar liminarmente com o funcionamento democrático das escolas (...).

Neste contexto, os educadores/professores presentes no Plenário promovido pelo SPN no dia 12 de Fevereiro, no Porto, exigem:

- uma avaliação do desempenho efectivamente orientada para a melhoria do trabalho e do desenvolvimento profissional, pelo que defendem que o processo em curso seja repensado, por forma a garantir que essa avaliação tenha incidência positiva no trabalho escolar e não constitua, como pretende o ME, um factor de perturbação e instabilidade nas escolas;
- uma gestão das escolas que reforce a democraticidade na organização escolar e respeite os princípios de elegibilidade, colegialidade e participação;
- um horário de trabalho compatível com um desempenho profissional qualificado.

No sentido de dar corpo a estas exigências, decidem propor à Fenprof:

1. A realização de iniciativas de carácter regional e distrital como forma privilegiada de os professores darem a conhecer à opinião pública as razões do seu protesto.
2. A promoção de tomadas de posição de escolas, no sentido de alargar o movimento de protesto dos docentes contra a política educativa deste Governo.
3. A realização de uma grande manifestação nacional de educadores/professores.

Finalmente, afirmam a sua participação activa em todas as iniciativas a definir pelo SPN e pela Fenprof no sentido de lutar pela valorização da profissão docente e de uma escola pública de qualidade”. ▶

A ofensiva contra a escola pública e a profissionalidade docente, com os violentos contornos que hoje a distinguem, “nasceu com o governo de Sócrates”, assinalou Abel Macedo no Plenário Regional que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) levou a efeito no Cinema Batalha, no Porto, no dia 12 de Fevereiro.

“Não que não haja antecedentes, e alguns bem graves, de governos anteriores. Mas nunca se foi tão longe; nunca foi tão grande a sanha destruidora; nunca foram tão autoritários os métodos usados”, observou o coordenador do SPN, numa intervenção que viria a ganhar expressiva actualidade nestes dias de luta e de indignação docente, justamente em foco na agenda política nacional.

A voz do dono

Para Abel Macedo, “dizer que se trata de conduzir políticas neoliberais para sectores de intervenção estratégica do Estado, como o são a educação, a saúde e a segurança social, é acertado, mas fica aquém da realidade”.

“As práticas neoliberais são desgraçadamente comuns, e até já bem sedimentadas em boa parte do mundo ocidental. Na maioria dos casos, até se desenvolveram com algumas máscaras de diálogo, de pretensa concertação, em clima social que tenta fugir a confrontações, ainda que pretendam atingir os mesmíssimos objectivos”.

Mas, para o dirigente do SPN e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), o caso português tem as suas particularidades: “Sócrates actua sem máscara desde o início. Julga-se impune, por ter uma maioria absoluta no Parlamento. Silenciosa e cúmplice, essa maioria, ela sim domesticada, servil e até bajuladora, transforma a dignidade própria de um Parlamento em simples câmara de eco da voz do dono”.

O coordenador do SPN observa, no entanto, que começam a surgir algumas vozes dissonantes, insuspeitas até, críticas – algumas fortemente críticas, como é o caso de Ana Benavente – que se demarcam das práticas governamentais”.

“Não devemos desprezar este facto. Ainda que pareçam simples picadelas de pulgas em dorso de elefante, não deixam de contribuir para a erosão da base de sustentação deste Governo”, destacou.

*Abel Macedo
no Plenário do Batalha*

Os culpados desta sanha têm nome



Picadelas de pulgas em elefantes, mas...

Mas a erosão dessa base de apoio e os sintomas de crescente isolamento do Ministério da Educação (ME) não ficam por aqui.

Num cenário em que os dois secretários de Estado da 5 de Outubro, Valentim Loureiro e Albino Almeida parecem ser os únicos devotos da ministra Lurdes Rodrigues, Abel Macedo recorda que “também alguns comentadores políticos que, de início, muitas crónicas escreveram em louvor da chamada coragem política destes governantes, de altíssimos elogios à capacidade que revelavam para enfrentar poderosas corporações – e a Fenprof sempre foi o alvo a abater nestas considerações –, que enalteciam as ‘grandes reformas’ que seriam levadas a cabo”, se distanciam agora, progressivamente, das últimas medidas.

“E até já contestam alguns aspectos do Estatuto da Carreira, por exemplo, que o ME impôs contra a vontade de todos os sindicatos, num exemplo raro de unidade na acção, nunca antes visto no panorama sindical português, e que a Fenprof soube liderar perante todas as vicissitudes de tão complexo processo”.

“Poderíamos ainda citar recentes consultas de opinião que mostram os professores como a profissão com mais valor e mais reconhecida aos olhos dos portugueses, o que parece contrariar a perspectiva optimista da ainda ministra quanto ao ganho da população para o seu lado”. Uma ministra, diga-se, que faz parte dos políticos que também nesse estudo de opinião são considerados pouco fiáveis...

Direito à indignação

Lembrando que “não pode haver impunidade em política ou, como diz o povo, que *não há mal que sempre dure* e que os culpados têm nome”, Abel Macedo frisou: “As respostas que soubermos construir terão que ir no sentido de responsabilizar os verdadeiros responsáveis, de os responsabilizar pelas suas discricionárias opções, de os obrigar a corrigi-las, usando um direito inalienável – o direito à indignação e a demonstrar essa indignação onde e como for necessário, mas também o direito à devida reparação, socialmente responsável, por todos os efeitos nocivos de tais más práticas políticas”.

E mais adiante: “Por muito que determinada medida nos toque mais profundamente, nos agrida mais particularmente, nos afecte mais directamente, temos que realizar o esforço de ligar as várias medidas políticas já tomadas e a tomar, temos que ganhar efectiva noção da teia que foi sendo dissimuladamente construída. Temos de perceber a verdadeira dimensão do colete de forças que sobre a nossa profissão se vem apertando há muitos meses”.

O caminho faz-se caminhando

“A fragmentação da carreira docente imposta por este inenarrável estatuto”, a imposição das “quotas para a avaliação do desempenho, bem como todo o sistema que a sustenta”, “o autêntico sufoco nos tempos e nas condições de trabalho que nos está a ser imposto” e a insistência num “modelo de gestão que cerceia o exercício da democracia na organização escolar e que pretende impor o regresso dos reitores às escolas”, fazem parte do mesmo objectivo central deste ME e deste Governo.

“Esse grande objectivo político é descaracterizar completamente a profissão docente, sepultar o exercício da autonomia profissional inerente a esta profissão e transformar os professores em autómatos que cumprem ordens, que serão duramente penalizados quando as não cumparam e que, mesmo cumprindo-as, não terão garantia de que serão valorizados por isso”.

“Os professores configurados neste ECD não serão mais os professores que todos nós somos” – alertou Abel Macedo. “É isto que quer o Governo. E é isto que temos de lhes dizer que não aceitamos”.

Notando que “pelo simples facto de compreendermos bem isto já estaremos mais fortes”, o coordenador do SPN concluiria: “Se contribuirmos para o alargamento e a generalização desta ideia, estaremos muito mais fortes no futuro. O caminho é longo e difícil, mas também se faz caminhando. Caminhando, mas sabendo o sentido do percurso que vamos realizar e onde queremos chegar”. ▶

José Paulo Oliveira,
jornalista

Avaliação do desempenho dos docentes

Esclarecimento da Direcção do SPN

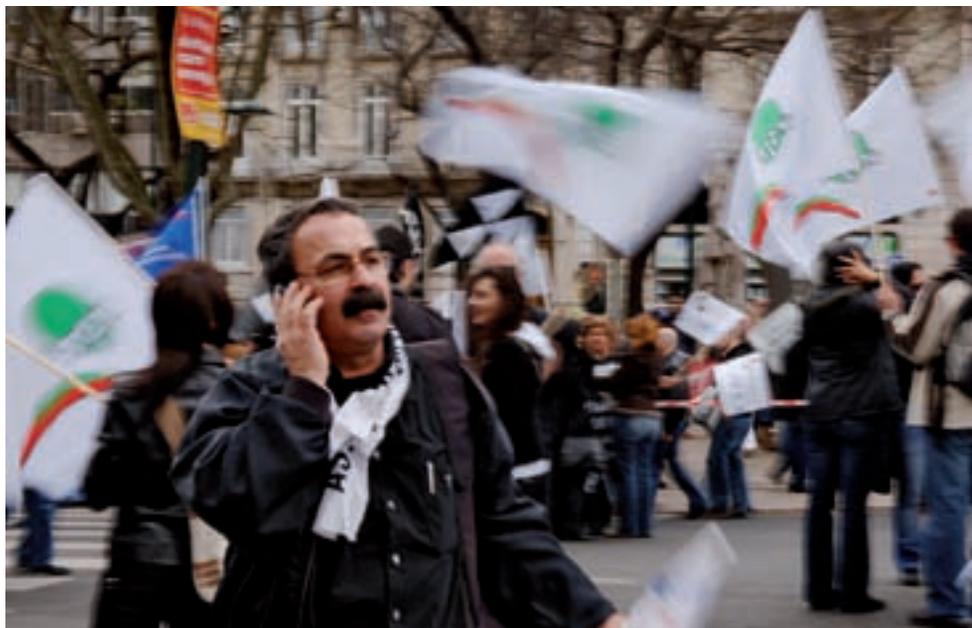
O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (TAFP) admitiu a “providência cautelar de suspensão da eficácia” dos despachos dos secretários de Estado Adjunto e da Educação (24 e 25 de Janeiro) e da Educação (25 de Janeiro), intentada pelo Sindicato dos Professores do Norte no dia 8 de Fevereiro.

De acordo com o previsto no números 1 e 2 do artigo 128º do Código do Processo dos Tribunais Administrativos, a decisão do TAFP suspende:

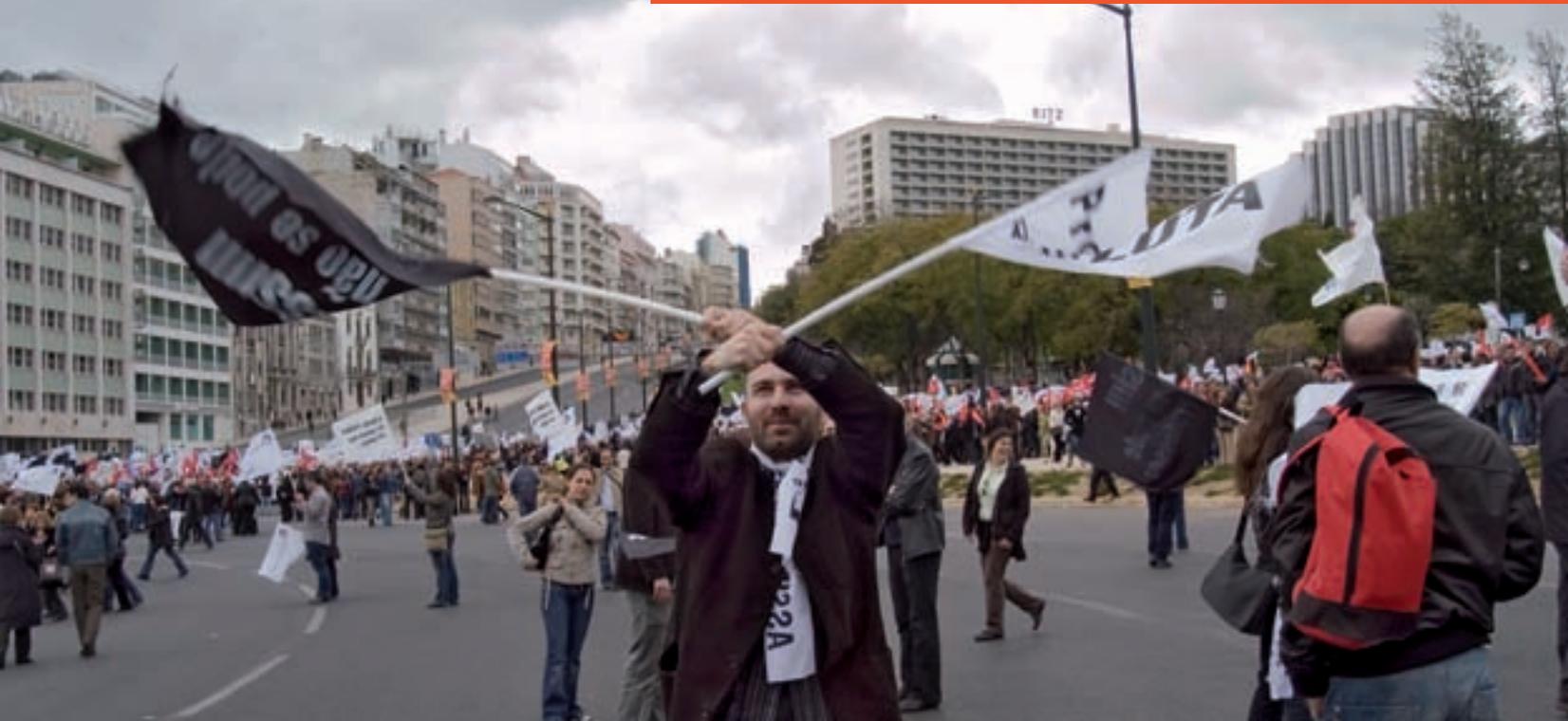
- as recomendações sobre a elaboração e a aprovação, pelos conselhos pedagógicos, de instrumentos de registo normalizados, previstos no decreto da avaliação de desempenho, emanadas pela presidente do Conselho Científico de Avaliação dos Professores;
- as fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho do pessoal docente;
- os prazos processuais previstos no artigo 34º do Decreto Regulamentar nº 2/2008, de 10 de Janeiro.

Deste modo, as escolas podem trabalhar, designadamente, ao nível da eventual necessidade de alteração de documentos próprios (Projecto Educativo, Regulamento Interno, etc.), bem como discutir possíveis formulações de outros documentos necessários no âmbito do processo de avaliação do desempenho. Contudo, sob pena de se incorrer no desrespeito pelas decisões de pelo menos três tribunais, esse trabalho não pode, para já, incluir:

- a aprovação, pelo Conselho Pedagógico, dos instrumentos de registo normalizados;
- o estabelecimento de objectivos individuais;
- a calendarização de aulas assistidas, mesmo que exclusivamente dos docentes contratados, sem que os dois procedimentos anteriormente referidos estejam terminados.



Lisboa, 8.Março: 100 mil na Marcha da Indignação





CARVALHO DA SILVA levou ao Terreiro do Paço a solidariedade da CGTP, manifestando a urgência de “mobilizar a sociedade para o êxito da escola”. Condenou a postura da ministra da Educação e sublinhou o espírito de unidade e a determinação dos educadores/professores numa luta que é também “pela escola pública de qualidade e democrática”, base fundamental para “a construção de um futuro de progresso”. Salientando o êxito da iniciativa, o secretário-geral da CGTP considerou que “os professores fizeram uma avaliação da equipa ministerial e do Governo”, que, no fundamental, “tiveram nota negativa”.

MÁRIO NOGUEIRA reafirmou os porquês da marcha e anunciou um conjunto de iniciativas futuras:

- *semana de luto nas escolas*, com utilização de vestuário escuro e colocação de sinais visíveis de luto (10 a 14 de Março);
- entrega ao Governo do abaixo-assinado reafirmando as posições dos educadores/professores (1 de Abril);
- *segundas-feiras de protesto*, com concentrações nas capitais de distrito e em algumas cidades principais: **Norte (14 de Abril)**, Centro (21), Grande Lisboa (28), Sul, Açores e Madeira (5 de Maio) – após esta ronda, o ciclo de protesto é retomado pela mesma ordem;
- *Dia D* (de debate), em que os professores paralisarão a actividade lectiva para reflectir sobre as condições de exercício da profissão (3º período);
- *Campanha em Defesa do Horário de Trabalho* (3º período).

ESTÁ NA HORA DA MINISTRA IR EMBORA, entoaram os 100 mil educadores/professores. Na resolução aprovada, ficou clara a “profunda indignação face ao desrespeito e desconsideração manifestados pelo actual Governo, em especial pela equipa do Ministério da Educação. Equipa que deixou de reunir condições para se manter em funções, visto que se esgotaram todas as vias de diálogo e de negociação possíveis”. ▶

A voz de quem está no terreno

A avaliação do desempenho está na ordem do dia nas escolas e no centro de uma polémica que é política, pedagógica e, inevitavelmente, legal – cinco tribunais admitiram providências cautelares para suspensão dos efeitos de um conjunto de despachos dos secretários de Estado Valter Lemos e Jorge Pedreira. Pela pertinência do assunto, a «SPN-Infomação» dá voz a alguns dos que, no terreno, têm de lidar e sofrem com a manifesta e desenfreada incompetência da equipa de Lurdes Rodrigues.

Avaliação punitiva, castradora e burocrática

“Todos estamos de acordo quanto à necessidade da avaliação de desempenho do pessoal docente com carácter formativo e contínuo, mas não nos revemos neste tipo de avaliação punitiva, castradora e burocrática que o ME pretende implementar.

Punitiva e castradora, porque pretende deste modo impedir os legítimos direitos de toda uma classe docente de aceder a escalões superiores e auferir de melhor salário e nível de vida. Com estas medidas, o ME não pretende promover o “desenvolvimento profissional” ou “distinguir e premiar o mérito”, mas toma medidas meramente economicistas.

Burocrática, já que o professor (titular ou não, avaliador ou avaliado) vai estar mais preocupado com o preenchimento de grelhas intermináveis do que, propriamente, com a planificação das suas aulas e com o trabalho com os seus alunos.

(...)

Não se compreende a razão desta “necessidade de aplicação imediata de um regime de avaliação” (...) porque coloca as escolas em alvoroço (quase em finais de 2º período), criando um mal estar generalizado que em nada contribui para o nosso objectivo fundamental: a criação de ambientes facilitadores do processo ensino/aprendizagem.

Curiosamente, no artigo 9º ponto 1 do Decreto Regulamentar Nº 2, prevê-se que, e passamos a citar: “Os objectivos individuais são fixados, por acordo entre o avaliado e os avaliadores, através da apresentação de uma proposta do avaliado no início do período em avaliação (...)”. Ora, mais uma vez, o ME entra em contradição e pretende levar as escolas a incorrer numa ilegalidade, já que o *início do período de avaliação* previsto pelo ME será o ano lectivo de 2007/2008”.

EB2/3 de Grijó, V. N. Gaia
(Departamento de Línguas)

Não se entende o gesto nem a pressa

“Começa a verificar-se de modo cada vez mais evidente a impossibilidade de compatibilizar o bom funcionamento das actividades lectivas e não lectivas com as necessidades de acorrer de supetão, sem as mínimas condições de trabalho ou sequer de ponderação séria, a imposições de, em curtíssimo espaço de tempo, concretizar medidas que nem se entendem, quer pelo emaranhado contraditório das orientações, quer, pura e simplesmente, pela sua inexistência.

As medidas que são decretadas à escola implicam alterações profundas de práticas e de hábitos de trabalho que não podem ser assimiladas ou cumpridas sem a necessária reflexão e um tempo mínimo de organização. A vida está a mostrar de modo evidente e inquestionável que a sua imposição em tão curto espaço de tempo, coincidente com o decurso da actividade lectiva e não lectiva, é, por si só, um factor de significativa instabilidade e real prejuízo do acto educativo e do processo ensino/aprendizagem.

(...)

Não se entende, nem o gesto, nem a pressa. Desejamos trabalhar o melhor possível, em contextos de normas devidamente legitimadas, claras e exequíveis.

Perante esta grave situação, a Assembleia de Escola delibera:

1. Considerar que não se encontram, de momento, reunidas condições mínimas para aplicação do Decreto Regulamentar 2/2008.

(...)

3. Recomendar ao Conselho Executivo e ao Conselho Pedagógico que não tomem qualquer decisão com implicações na vida da escola e na avaliação dos professores, nos aspectos em que a lei se encontra por regulamentar, sem prejuízo de toda a reflexão e das medidas concretas que sobre esta matéria entendam necessário e útil promover”.

Escola Secundária Emídio Navarro, Almada

Prazos difíceis e informações omissas

“Os órgãos de gestão e supervisão pedagógica deste Agrupamento de Escolas entendem manifestar a sua apreensão relativamente ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos no Decreto Regulamentar nº 2/2008, por considerarem que este diploma prevê prazos de execução que dificilmente podem ser cumpridos, informações complementares a todo este processo omissas e aspectos que devem ser revistos, quer porque comportam injustiças, quer porque são inexequíveis nos prazos determinados.

(...)

Primeiro, pela inexistência dos suportes documentais e legais imprescindíveis à sua aplicabilidade, uma vez que ainda se aguarda a sua publicação (...).

Segundo, porque o Decreto Regulamentar contém disposições que carecem de imprescindíveis esclarecimentos que ainda não foram prestados às escolas (...), a saber:

- Para a elaboração dos Instrumentos de Registo e a definição de descritores dos níveis de desempenho é necessário conhecer não só os parâmetros das fichas de avaliação (publicadas no dia 25 de Janeiro de 2008), mas, também, as instruções de preenchimento dessas fichas e a ponderação dos respectivos parâmetros classificativos, que se encontram ainda em processo de negociação com os sindicatos para posterior publicação;
- A dificuldade das escolas estabelecerem indicadores de progresso dos resultados esperados e do abandono, quando a informação oficial disponível mais recente diz respeito a 2004/2005
- A dificuldade de estabelecer indicadores sobre abandono escolar, quando o próprio conceito carece de uma definição rigorosa;
- Sobre a questão dos resultados escolares dos alunos, a própria presidente do CCAP não emitiu qualquer orientação porque “dada a sua importância e complexidade, esta matéria deverá ser posteriormente objecto de reflexão e discussão no Conselho Científico” – recorde-se que estes indicadores são imprescindíveis para verificar até que ponto e de que modo os avaliados atingem os objectivos individuais a que se propõem, os quais (...) devem ser elaborados, num prazo de 10 dias, por cada professor e acordados com os avaliadores (...);

Terceiro, porque pressupõe a reformulação de documentos internos à escola, dos quais depende a elaboração do Plano Individual de Avaliação de cada um dos docentes:

- Nos termos dos artigos 8º e 34º do Decreto Regulamentar nº 2/2008, de 10 de Janeiro, é necessário rever o Projecto Educativo, o Plano Anual de Actividades e o Regulamento Interno, de modo a definir objectivos e metas, bem como elaborar os indicadores de medida relativos ao progresso dos resultados escolares esperados para os alunos e a redução das taxas de abandono escolar que, em conjunto, constituem as referências da Avaliação de Desempenho dos Professores, processo moroso dado que os documentos atrás referidos foram elaborados antes da publicação do diploma de Avaliação do pessoal docente, visando, sobretudo, os alunos e não tendo os seus objectivos sido formulados em termos operacionais e reportados à avaliação dos professores;

(...) Propomos ainda:

- Que seja adiado o processo de avaliação de desempenho do pessoal docente, entretanto iniciado, para momento posterior ao da publicação de todos os documentos, regras e normas legais previstos no Decreto Regulamentar.
- Que, cumprida que esteja a publicação das normas referidas no ponto anterior, o Ministério da Educação conceda às escolas um período de tempo mínimo e necessário à adequação e actualização dos seus instrumentos de regulação internos, designadamente o Projecto Educativo, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades”.

Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste

“Todas as instituições universitárias estão depauperadas por violentos cortes orçamentais – sobretudo as do interior do país, que revelaram ser um motor do desenvolvimento regional”, denunciou a Fenprof, em recente conferência de imprensa, acrescentando que o Governo “obriga as instituições mais afectadas a emagrecer, por estarem a gastar acima dos orçamentos reduzidos, violando direitos de carreira dos docentes”.

Sabia que o Governo realizou, em 2007 – e mantém em 2008 – nominais violentos (cerca de 15%, em 2007, e 8%, em 2008) nos orçamentos das instituições de Ensino Superior, tripudiando sobre a fórmula de financiamento, que transformou numa ficção?

E já agora, sabia que o ministro Mariano Gago, que não recebe os sindicatos desde o Verão passado, não honrou, entretanto, os contratos de desenvolvimento assinados entre as instituições e a anterior ministra, subtraindo-lhes deste modo muitos recursos financeiros?

Registe, também, que, em 2007, o Governo compeliu quatro instituições a ficarem deficitárias, nomeadamente as universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, Açores, Algarve e Évora. Esse número aumentará substancialmente em 2008, com graves prejuízos para a garantia da qualidade, da relevância social e da eficiência das suas actividades. Estes esclarecimentos e alertas estiveram em destaque na conferência de imprensa que o Departamento do Ensino Superior e Investigação, da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), realizou no dia 4 de Março. A preocupante situação financeira das instituições foi o tema central do encontro com a imprensa.

Universidades na penúria

Além de exigir o reforço dos orçamentos de funcionamento das instituições para 2008, para garantir a sua solvência financeira sem prejuízo da qualidade, eficácia, eficiência e relevância social, bem como dos direitos do pessoal docente, investigador e outro, a Fenprof apresentou um conjunto de reivindicações e propostas:

- Conversão dos contratos de saneamento económico e financeiro em contratos-programa e contratos de desenvolvimento, de forma a evitar que os primeiros assumam um carácter economicista e de modo a viabilizar planos estratégicos que se integrem nos processos de desenvolvimento regional e nacional.
- Eliminação imediata das condições exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para a elaboração dos contratos de saneamento económico e financeiro, que violam o estabelecido no Estatuto da Carreira Docente Universitária – sabáticas e dispensas de serviço docente para doutoramento –, e respeito pela autonomia das instituições.
- Fim do congelamento dos saldos transitados. No mínimo, aceitação, por parte do Governo, do princípio de que o limite de saldo transitado a

não ultrapassar seja igual ao que se verificou no ano em que pela primeira vez foi imposta essa medida às instituições, descontadas as reduções já autorizadas para pagamento das contribuições extraordinárias para a Caixa Geral de Aposentações.

- Transferência imediata, para reforço dos orçamentos de funcionamento das instituições, das verbas da Fundação Ciência e Tecnologia em dívida, relativas a gastos gerais dos projectos (20% do total aprovado para estes).
- Respeito efectivo pelas expectativas criadas aos actuais docentes e investigadores, nos estatutos das carreiras em vigor, em particular aos assistentes e assistentes estagiários, quanto aos efeitos contratuais da obtenção do doutoramento e do mestrado, respectivamente.
- Arranque urgente da Agência de Acreditação e de Avaliação, pondo termo ao longo período (três anos) de avaliação burocrática, governamentalizada, feita na Direcção-Geral do Ensino Superior. ▶



José Paulo Oliveira,
jornalista



Corpos Gerentes do SPN

Processo eleitoral já está em curso

Está já a decorrer o processo relativo à eleição dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) para o triénio 2008-2011. Conforme noticiado na edição de Janeiro da «SPN-Informação» e publicação da respectiva convocatória no número anterior, a Assembleia-Geral Eleitoral decorrerá no dia 13 de Maio – podem candidatar-se, e têm direito de voto, todos os associados que, 60 dias antes, estejam no pleno gozo de todos os direitos sindicais.

A organização do processo eleitoral é da competência da Mesa da Assembleia-Geral (MAG), devendo os sócios que pretendam apresentar listas concorrentes à Direcção, à MAG, ao Conselho Fiscal e de Jurisdição (CFJ) ou às direcções de Área Sindical conhecer os Estatutos do SPN e o Regulamento Eleitoral.

Para o acto eleitoral é constituída uma Comissão Eleitoral composta pelo presidente e um secretário da MAG e um máximo de dois representantes de cada uma das listas candidatas. O presidente da MAG preside a esta comissão e dirige os trabalhos inerentes ao acto eleitoral.

A apresentação de listas de candidatura deve ser feita junto da MAG até 30 dias antes da data das eleições. A identificação dos candidatos deve conter o nome completo, número de sócio, idade, residência, local de trabalho e sector de educação ou ensino, qualidade de efectivo ou suplente, bem como a declaração individual ou colectiva de aceitação de candidatura. Deve, ainda, ser dada indicação dos seus representantes na Comissão Eleitoral e ser entregue o respectivo programa de acção.

As listas candidatas à Direcção, à MAG e/ou ao CFJ devem ser subscritas por um mínimo de 200 associados no pleno gozo dos seus direitos sindicais, identificados com nome completo legível, número de sócio, local de trabalho e assinatura conforme o Bilhete de Identidade. As candidaturas para as direcções de Área Sindical serão apresentadas à MAG por território sindical e obedecerão, tal como todo o processo eleitoral, aos mesmos princípios estipulados para a eleição da MAG, da Direcção e do CFJ. Estas listas devem ser subscritas por um mínimo de 50 associados pertencentes à área sindical a que se candidatam.

As listas de candidatura aos membros da Direcção previstos na alínea a) do nº 2 do Artigo 41º dos Estatutos do SPN só são consideradas desde que apresentem igualmente candidatura à MAG, ao CFJ e a todas as direcções das Áreas Sindicais. Podem, no entanto, ser apresentadas candidaturas exclusivamente ao CFJ e/ou a uma ou várias direcções de Área Sindical.

Os cadernos eleitorais provisórios – geral e por áreas sindicais – estarão disponíveis na sede do SPN e nas sedes das Áreas Sindicais até 45 dias antes da realização do acto eleitoral. Todos os eleitores podem consultá-los e, se entenderem haver deles reclamação, devem fazê-lo junto da MAG, nos 15 dias seguintes à sua afixação. Cada lista candidata tem direito a uma cópia dos cadernos eleitorais provisórios e cada lista concorrente (homologada) tem direito à cópia dos cadernos eleitorais definitivos.

As listas candidatas, bem como os respectivos programas eleitorais, serão divulgadas na próxima edição da «SPN-Informação». ▶

Alteração ao Estatuto da Aposentação

No dia 20 de Fevereiro, foi publicada a Lei nº 11/2008, que altera o regime de mobilidade e as condições de aposentação e cria a protecção no desemprego aos trabalhadores da Administração Pública.

Relativamente às condições de aposentação, são alterados o artigo 37º-A do Estatuto da Aposentação, o artigo 3º da Lei nº 60/2005, de 29 de Dezembro, e o artigo 5º da Lei nº 52/2007, de 31 de Agosto.

Daqui resulta que:

1. Podem requerer a aposentação antecipada os subscritores da Caixa Geral de Aposentações com, pelo menos:
 - 33 anos de serviço, para as pensões requeridas até 31 de Dezembro de 2008;
 - 55 anos de idade e que, à data em que perfaçam essa idade, tenham completado pelo menos 30 anos de serviço, para as pensões requeridas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Até 31 de Dezembro de 2014, o valor da pensão de aposentação antecipada é reduzido de um factor correspondente ao produto do número de anos de antecipação em relação à idade legalmente exigida pela taxa de 4,5%.

2. A idade de aposentação ordinária é progressivamente aumentada até atingir 65 anos em 2015.
O tempo de serviço de 36 anos é progressivamente diminuído até atingir 17 anos em 2014.
Podem requerer a aposentação ordinária os subscritores com pelo menos 65 anos de idade e o prazo de garantia em vigor no regime geral da Segurança Social. (15 anos)

índice de legislação · fevereiro

1ª Série

20. Lei 11/08

Procede à primeira alteração à Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro; torna extensivo o regime de mobilidade especial aos trabalhadores com contrato individual de trabalho; procede à 26ª alteração ao Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, que consagra o Estatuto de Aposentação; procede à segunda alteração à Lei nº 60/2005, de 29 de Dezembro; procede à primeira alteração à Lei nº 52/2007, de 31 de Agosto; e cria a protecção no desemprego aos trabalhadores da Administração Pública.

25. Portaria 207/08

Altera a Portaria nº 550-A/2004, de 21 de Maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos tecnológicos de nível secundário, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 260/2006, de 14 de Março.

25. Decreto Legislativo Regional 6/08/M

Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira.

27. Lei 12-A/08

Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

2ª Série

28. Parecer 3/08

Parecer do Conselho Nacional da Educação sobre o projecto de decreto-lei relativo ao "Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário".

opinião

Actualização das pensões: igualdade ou desigualdade?

Quando, em 2005, saiu a Lei nº 60, foi propagandeado que o objectivo era igualar o regime geral da Segurança Social e o da Caixa Geral de Aposentações.

Percebeu-se logo que, com aquela lei, os educadores/professores aposentáveis perdiam os direitos adquiridos consagrados no artigo 37º – direito à aposentação com 36 anos de serviço e 60 anos de idade. A introdução do artigo 37º-A respeitou o tempo de serviço como mínimo com o prejuízo dos respectivos aumentos temporais.

Neste momento, a situação dos docentes aposentados face à dos reformados do regime geral toca as raias do inconcebível, como se pode verificar no quadro ao lado.

As diferenças são flagrantes! Todos os educadores/professores do 10º escalão que se aposentaram depois de 1996 não têm qualquer aumento, enquanto que se as suas pensões fossem as do regime geral podiam atingir o dobro do valor.

Isto é igualdade?

Teresa Maia Mendes,

Mesa da Assembleia-Geral do SPN

Função Pública

valor da pensão	aumento
Igual ou inferior a 611,12€	2,40%
Entre 611,13€ e 1.222,23€	1,90%
Entre 1.222,24€ e 2.444,46€	1,65%
Superior a 2.444,46€	—

Regime Geral da Segurança Social

valor da pensão	aumento
Igual ou inferior a 611,12€	2,40%
Entre 611,13€ e 2.444,46 €	1,90%
Entre 2.444,47€ e 4.888,92€	1,65%
Superior a 4.888,92€	—

A criação das escolas profissionais ocorreu em 1989, numa conjuntura muito particular em que a conjugação entre as possibilidades então abertas pela Lei de Bases do Sistema Educativo e a urgência de um melhor aproveitamento dos financiamentos do Fundo Social Europeu relevava como traço fundamental. A implantação do subsistema do Ensino Profissional transportava, entre outros desígnios, o objectivo de se contrapor à irracionalidade da proliferação então imperante das pequenas acções de formação maioritariamente carecidas de propósito estratégico e de articulação metódica. Dezoito anos depois, este subsistema, que se sustentou na iniciativa privada de variados promotores, na autonomia das suas escolas e em novos arranjos curriculares e pedagógicos, chega finalmente, de modo generalizado, à escola pública, desencadeando – para ambos – novos e incontornáveis desafios.

Ensino Profissional na Escola Pública

Os desafios do currículo e da abertura aos contextos locais



A um nível mais específico de análise, sugira-se que a emergência das escolas profissionais tem lugar no âmbito de um contexto caracterizado por alguns aspectos específicos, de entre os quais convém sublinhar:

- uma educação escolar assente num ensino excessivamente teórico e académico, de onde todo um agregado de saberes socialmente produzidos é excluído, designadamente os de registo científico, tecnológico, técnico e prático, e, muito em especial, no que toca à sua integração na formação e desenvolvimento de competências;
- uma Escola que mostra embaraço ou inaptidão no que respeita à organização de relações estruturadas com o meio social e económico em que se insere, mormente tendo em conta um contexto adicional marcado por uma forte e adversa centralização da administração e gestão educativas;
 - uma presença de comportamentos organizacionais e pedagógicos estereotipados, escutados por uma forte resistência ao desenvolvimento de respostas diferenciadas face à diversidade dos interesses, (pre)disposições e motivações da realidade humana e social que chega ao Ensino Secundário;
 - uma produção massiva do fracasso e da eliminação escolar como expressão, aliás previsível, da incapacidade do sistema escolar, pós-Básico em particular, em corresponder à difusão/generalização da frequência com êxito da população que o procura. +

O desafio do currículo

Para que o projecto educativo do Ensino Profissional seja reconhecido como alternativo, credível e consistente sob o ponto de vista democrático, impõe-se, na minha perspectiva, que acolha a superação dos aspectos antes diagnosticados, sem capitular nas derivas tarimbeiras e imediatistas da formação profissional convencional.

Ampliar a base cultural do currículo, conferindo uma formação sólida nos domínios técnico e tecnológico em desfavor de orientações para desempenhos específicos e intimamente ligados a postos de trabalho, constitui, a meu ver, um repto essencial. Trata-se de um desafio fulcral que se coloca não só à concepção e construção do currículo, como, e particularmente, à dimensão pedagógica do seu desenvolvimento enquanto factor de motivação e integração de um universo de jovens arredado da cultura escolar puramente académica.

As virtualidades do modelo modular de organização e gestão de currículos casam mal com a uniformidade desde há muito institucionalizada. A fragmentação, a superficialidade e a fragilização da formação que se possam verificar no Ensino Profissional constituem resultados do depauperamento da sua aplicação, acrescidos por uma cultura de avaliação que teima em centrar-se nos conteúdos e não na articulação destes com os percursos de desenvolvimento de natureza cognitiva e intelectual.

A propagação dos momentos avaliativos formalmente programados consome energias e tempos, em prejuízo da realização de actividades que produzam verdadeiras aprendizagens intencionadas e significantes. A valorização da dimensão educativa da avaliação deve, nestas circunstâncias, acompanhar aquelas aprendizagens e instituir-se como o eixo estruturante da filosofia da modularização.

Interessa, assim e em todas as circunstâncias, saber construir e desdobrar referenciais contextualizados que conciliem e estimulem, com o rigor possível, o crescimento cognitivo, cultural e profissional dos alunos. Não é tarefa fácil, trata-se, bem entendido, de uma vereda desafiante, mas é, sem dúvida, um caminho irrecusável.



O desafio da abertura aos contextos locais

Um outro aspecto primordial a ter em conta, prende-se com a autonomia das escolas num quadro de territorialização das formações, das suas redes e da construção de efectivas parcerias educativas.

As necessidades e os interesses dos jovens, o bem comum educativo, o serviço público (e não de clientes), os projectos de formação e de desenvolvimento (sobretudo local e regional) e os recursos disponíveis constituem um todo complexo, incerto e imprevisível. Neste âmbito, ganha relevância curricular a abertura aos contextos dos momentos e formas múltiplas de contacto com o trabalho e as organizações e a visibilidade e o reconhecimento social das formações. O conhecimento destes tecidos sociais e produtivos, que o Estado centralizado desdenha, dever-se-á apresentar, assim, como o corolário de uma descentralização que faculta a necessária diversidade inovadora, ao mesmo tempo que afasta o actual e persistente controlo burocrático que a dificulta.

Este conhecimento das necessidades e potencialidades das realidades locais impõe, portanto, uma nova atitude do Estado face à escola pública.

Favorecer a consciencialização e a responsabilização políticas das escolas implica confiar, descentralizar e acreditar nos diferentes actores locais e, sobretudo, na capacidade renovadora das escolas e dos seus professores.

A obsessão do Governo pelas regulamentações faz-se, no entanto, em desabono de uma desejável regulação caracterizada por uma informação qualificada e por uma participação efectiva das instâncias escolares, locais e intermédias nos processos de decisão. O Estado teima em centrar-se na definição e controlo *a priori* de processos, regras e procedimentos, mostrando-se indiferente às questões da eficiência dos processos e à qualidade dos resultados. Os meios sobrelevam-se, desta forma viciosa, às finalidades a atingir.

O que se tem passado nos últimos anos no domínio da educação é bem revelador desta indiferença que a recorrente pregação da autonomia educativa – de substância vazia – não consegue naturalmente esconder.



Que respostas?

A extensão do Ensino Profissional à escola pública permite satisfazer uma procura que até hoje a rede das escolas profissionais não admitia por imposição exterior de um *numerus clausus*. Este dado sinaliza um processo de “massificação” que arrasta consigo problemas acrescentados à escola pública e que importa sublinhar. À eficácia da luta contra o insucesso e o abandono escolares deve adicionar-se a problematização da sua qualidade.

Tendo como referência a superação do diagnóstico atrás apresentado, a qualidade do Ensino Profissional no contexto da escola pública passa pelas respostas que esta possa dar a um conjunto de preocupações, de entre as quais privilegio as seguintes:

- autonomia e capacidade das escolas para o desenvolvimento de arranjos curriculares adequadamente equilibrados e plurais, promovedores da integração dos diferentes domínios de saberes e de práticas;
- autonomia e capacidade das escolas para a promoção da reflexão e da mobilização curricular de saberes, formalizados no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais;
- autonomia e capacidade das escolas para a optimização, no domínio da formação, dos mecanismos curriculares potencialmente integradores de aprendizagens;
- autonomia e capacidade das escolas para proporcionarem, articularem e contextualizarem, no plano das aprendizagens, as experiências vivenciadas em contextos diversos, nomeadamente nos âmbitos da vida e do trabalho;
- autonomia e capacidade das escolas no que respeita ao acolhimento das diferenças individuais no campo da modularização curricular e no uso das suas potencialidades de flexibilização e diferenciação de percursos;
- autonomia e capacidade das escolas no sentido da promoção de uma aproximação maior e dialogante com os agentes sociais locais, visando o estabelecimento de parcerias, o conhecimento da comunidade e da economia local, a realização de projectos comuns, etc.;
- autonomia e capacidade das escolas quanto ao apoio a prestar aos processos de transição (ou períodos de indução nas empresas) e de inserção socioprofissional dos jovens e, bem assim, em relação ao apoio aos alunos na realização das provas de aptidão profissional em ligação com projectos sociais e/ou profissionais provenientes dos contextos organizacionais ou institucionais locais;
- autonomia e capacidade das escolas no respeitante à sua participação, em conjunto com outras entidades, públicas e privadas, na adequação da oferta formativa às necessidades locais, num quadro de desenvolvimento local e regional do país.

O desenvolvimento do Ensino Profissional na escola pública não pode contentar-se com a mera eliminação dos horários-zero, nem tão pouco com a satisfação das estatísticas ministeriais, designadamente no que concerne ao combate ao abandono escolar. Passa, sobretudo e decisivamente, pela conquista da qualidade do sucesso formativo, num contexto de respostas adequadas à satisfação das condições de autonomia e capacidade atrás referidas. Caso contrário, estaremos apenas a contribuir para o reforço do costumeiro e mentiroso discurso acerca da desqualificação da escola pública. +



A terminar

Permitam-me que enfatize uma constatação – a da convivência bem real, vestindo embora as cores da última moda, entre os poderes políticos e económicos, quanto a determinados tipos de inversão que elaboram e que é omnipresente nos infindos discursos que proferem sobre as temáticas relacionadas com o campo profissional e, em particular, com o todo das qualificações.

Como exemplo destacado, tomam na raiz das suas análises e desenvolvimentos argumentativos, em múltiplas circunstâncias, a Escola por condicionante, encapotando o seu estatuto teórico de condicionada. A oratória enfatiza, neste malquerente percurso (i)lógico, a construção ideológica do binómio empregabilidade/competências. À racionalidade da produtividade, onde o binómio se inscreve, aditam o credo da competitividade num quotidiano de forte progresso tecnológico. A resultante depreciação das qualificações – que a retórica discursiva reinante reafirma e procura confirmar – faz parecer *natural* a constante verborreia acerca do incessante desafio que continuamente se coloca a cada trabalhador.

Ao trabalhador compete, neste ordenado e domesticado aperto de possíveis, o policiamento prospectivo de um mercado em mutação e a vigilância das competências futuras que ele prescreverá. A responsabilidade de manter/obter o/ou um emprego pertence-lhe. É forçoso ser-se *empregável*, ou seja, estar formado para o emprego em concordância com as exigências do mercado. As raias da incompetência são ditadas, deste jeito, por essa espécie de deidade que, acima do comum dos mortais, tem o poder irrefutável de as definir. E se o adulto possui uma imaginada maturidade e autonomia que legitima a adopção da lógica transferência de responsabilidades, no que respeita ao jovem, por razões contrárias, é à Escola que cabe tratar da respectiva formação e empregabilidade. Daí a difusa centralidade que a Escola assume no discurso político e económico auto-desculpabilizante.

É em face do panorama destas breves referências de análise crítica que me situo, face às abordagens ideológicas incombinaíveis do “preto” ou do “branco”. Demando uma tonalidade alternativa que reconcilie as cores da recusa da selectividade com a afirmação da dignidade das diversidades sociais. Esgaravato um efectivo e eficiente comprometimento democrático com a expansão das oportunidades educativas e de vida daqueles que mais carecem da Escola, especialmente da escola pública.

Mais do que activar a controvérsia obstinada, embora crucial e lícita, das vias diferenciadas de escolarização na sua relação com a democratização da educação, importa interrogar o carácter e a natureza deste Ensino Profissional enquanto modelo efectivamente alternativo, credível e sólido sob o ponto de vista democrático. Sem prejuízo do debate, seja actual seja futuro, acerca de um Ensino Secundário comum, plural e não dividido. ▀

Almiro Lopes, direcção do SPGL
(secretário nacional da Fenprof)

Enquanto professoras e educadoras, damos rosto ao futuro

“Todos os que partilham a convicção de que a educação é um direito humano intrínseco também partilham a responsabilidade de promover a não discriminação nos nossos sindicatos, nas escolas e sociedades.”

Janice Eastman,
Secretária-Geral Adjunta
da Internacional da Educação.

A propósito da comemoração do dia Internacional da Mulher, a Internacional da Educação, órgão porta-voz de mais de 30 milhões de trabalhadores da educação em todo o mundo, recorda às suas organizações filiadas que devem prosseguir a luta pela igualdade de género, em especial porque persistem grandes diferenças nas relações laborais e nas retribuições pagas a homens e a mulheres em muitas partes do mundo.

Estas diferenças repercutem-se nomeadamente nas pensões de reforma. Analisando as trajectórias laborais de homens e mulheres, estudos concluem que, pelo facto de as mulheres apresentarem carreiras mais curtas (baixas por natalidade, mais trabalho a tempo parcial, etc.) e serem alvo de discriminação salarial, as suas pensões são substancialmente mais baixas do que as dos homens – diferenças que, em Espanha, são da ordem dos 37% e em França dos 42%.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de Março), invocando a luta de mulheres trabalhadoras contra más condições de trabalho e reduzidos salários, foi consagrada pelas Nações Unidas em 1975, designado como o Ano Internacional da Mulher. Este dia, em que se pretende chamar a atenção para os muitos preconceitos que continuam a existir em relação ao papel da mulher na sociedade, e para a discriminação de que, aos vários níveis, continuam a ser vítimas, é mais uma oportunidade para lembrar a importância dos direitos humanos.

Em Portugal, o dia 8 de Março de 2008 fica também marcado pela realização da Marcha da Indignação dos Professores e Educadores – a maior manifestação de docentes algum dia realizada no nosso país. Numa profissão maioritariamente feminina¹, o papel tradicional reservado às mulheres ao nível do apoio familiar tem reflexos na sua situação profissional, impondo-lhes dificuldades acrescidas na conciliação de horários e responsabilidades.

Neste Dia Internacional da Mulher, muitas dezenas de milhares de mulheres professoras saíram à rua para, com todos os outros docentes, afirmarem a importância da intervenção pública das(os) professoras(es) e educadoras(es) na defesa dos direitos e deveres de cidadania social.

Saíram à rua para contestar a atitude anti-negocial deste Governo e o desprezo que nutre pelas organizações representativas das(os) docentes, num claro desrespeito pelas instituições democráticas. Saíram à rua para denunciar o despotismo iluminado da actual equipa ministerial e de um Governo que se diz socialista.

Saíram à rua para protestar contra políticas educativas que, atentando contra a sua dignidade e estatuto profissionais, contribuem para a desvalorização da Escola Pública e para a degradação da qualidade da educação e do ensino que deve assegurar.

Comemorámos o Dia Internacional da Mulher intervindo civicamente, afirmando a necessidade de ver respeitados os nossos direitos profissionais, nomeadamente o direito a condições de trabalho condignas, a estabilidade profissional, a formação, a participação no processo educativo e na gestão democrática das escolas.

Comemorámos o Dia Internacional da Mulher assumindo que é nosso dever recusar a imposição de tarefas que dificultem ou impossibilitem o desenvolvimento qualificado da nossa actividade profissional. Em nome dos direitos das crianças e jovens com quem e para quem trabalhamos.

Comemorámos o Dia Internacional da Mulher assumindo o nosso compromisso em apoiar todos os esforços para promover a liberdade, a democracia e os direitos humanos através da educação. Porque, enquanto professoras e educadoras, damos rosto ao futuro.

Um futuro que queremos mais justo e democrático. Onde os direitos da mulheres, como os direitos humanos em geral, sejam efectivamente garantidos e respeitados. ▶

Manuela Mendonça

Direcção do SPN

¹ Com excepção do Ensino Superior, todos os outros níveis de educação e ensino apresentam elevadas taxas de feminização. Dados oficiais apontam para cerca de 99% na Educação Pré-Escolar, 93% no 1º Ciclo do Ensino Básico e 70% nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Meu lado mulher

Meu lado mulher incomoda-se por receber mensagens apenas um dia por ano, enquanto meu lado homem se farta com 364 dias. Talvez seja necessária esta efeméride, dor recente de uma antiga cicatriz. Porque se vive numa sociedade machista: matrimónio, o cuidado do lar; património, o domínio dos bens.

O marido possui o carro, a casa e a mulher, que inclusive, em alguns países, incorpora o sobrenome da família dele. Ele exige que limpe a casa todo dia. Manda o carro para a oficina ao menor defeito. À mulher, ser multifacetado, cabe o dever de cuidar da casa, dos filhos, das compras e do bom humor do marido, que nem sempre se lembra de cuidar dela.

Meu lado mulher nunca viu o marido gritar com o carro, ameaçá-lo ou agredi-lo. Na Igreja Católica, os homens têm acesso aos sete sacramentos. Podem até ser ordenados sacerdotes e, mais adiante, obter dispensa do ministério e contrair matrimónio. As mulheres, consideradas pela teologia vaticana seres naturalmente inferiores, só têm acesso a seis sacramentos. Não podem receber a ordenação sacerdotal, mesmo tendo merecido de Jesus o útero que o engendrou; o seguimento de Joana, de Susana e da mãe dos filhos de Zebedeu; a defesa da mulher adúltera; o perdão à samaritana; a amizade de Madalena, primeira testemunha da sua ressurreição.

Meu lado mulher tem pavor da violência doméstica; do pai que assedia a filha, jogando-a nas garras da prostituição; do patrão que exige favores sexuais da funcionária; do marido que levanta a mão para profanar o ser que deu luz aos seus filhos.

Diante do televisor ou de uma banca de revistas, meu lado mulher estremece: “*Cala a boca, Magda!*”. Ela é a burra, a imbecil que se rebola no fundo do cenário, que mergulha na banheira do Gugu, que se expõe na casa do *brother*, que se associa à publicidade de cervejas e carros, como um adereço a mais de consumo.

Meu lado mulher trata de resistir diante do implacável jogo da desconstrução do feminino: tortura do corpo em academias de ginástica; anorexia para manter-se esbelta; vergonha das gorduras, das rugas e da velhice; entrega ao bisturi que molda a carne ao gosto da clientela do talho virtual; silicone para ressaltar protuberâncias. E manter a boca fechada, até que haja no mercado um chip transmissor automático de cultura e inteligência que possa ser enxertado no cérebro. E engolir antidepressivos para tentar encobrir o buraco no espírito, vazio de sentido, ideais e utopia.

Meu lado mulher esforça-se por se livrar do modelo emancipatório que adota, como paradigma, o meu lado homem. Serei ela, se ousar não querer ser como ele. Navego em mares nunca dantes navegados, rumo ao continente feminino, onde as relações de género serão de alteridade, porque o diferente não se fará divergente. Aquilo que é, só alcançará plenitude em interação com o seu contrário. Como acontece em todo o verdadeiro amor. ▶



Frei Betto,
filósofo, professor
e escritor brasileiro

Às mulheres que não sabem a que sabe a liberdade

Hoje a casa está mais vazia. O silêncio que morava nela foi-se embora. Partiu sem saber se voltará. Fez a cama com lençóis lavados, lavou os cortinados, arrumou as gavetas e esfregou o chão de joelhos. Colocou um malmequer na jarra do quarto, deu um jeito ao cabelo, sem olhar para o espelho, pegou na mala quase vazia e saiu para a rua, sem saber se voltará.

Deixou um bilhete a pedir para manterem a casa limpa. A casa que agora está mais vazia, porque o silêncio que morava nela se foi embora.

Helena Magalhães,
professora

Gostaria de ter trancado no quarto todas as humilhações, os choros engolidos, as mágoas, os medos, as revoltas. Mas não foi capaz. Mergulhou com eles no cheiro da cidade, como num mar sem ondas, denso de mistérios.

Carrega no peito a bravura dos grandes heróis e, juntamente com os sonhos de menina, um cio de mulher.

Quero dizer o teu nome. Dizer o teu riso. Sentir o teu perfume. Calçar as tuas meias rotas. Navegar no teu sangue. Nas tuas feridas. No teu vício. No teu cheiro. Nos teus seios. No teu colo.

Quero embrulhar-me no teu xaile preto. Enroscar-me nas franjas, nas rugas, nos segredos. Quero pôr o teu lenço por baixo do chapéu de palha que torra ao sol, no meio da seara. Quero vestir a tua burca, o teu medo, o teu degredo. Reclamar os teus direitos, os teus amores, os filhos que não quiseste ou que a vida não te deixou abraçar.

Quero comer o pão da tua fome. Atravessar contigo o rio do desassossego e mergulhar nas ruas da cidade, num mar revolto, à procura das cores com que se escreve a vida.

Sem ti, as casas ficam vazias. As ruas ficam desertas. Os fados perdem os acordes.

Olho a tua barriga redonda e sinto a eternidade dentro do efémero. As minhas forças em ti confiam. Sigo-te os passos. Trago na voz a exultação de um malmequer. Grito o teu nome e mergulho na noite, à procura do teu dia, Mulher! ▶



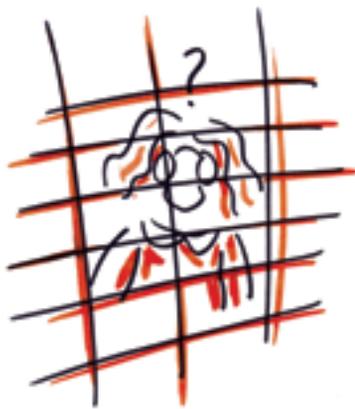


Diário da mentira

Não digo se aconteceu ou podia ter acontecido. Qualquer semelhança com a realidade pode ser real ou ficcionada. Mas sempre ouvi dizer que uma boa mentira tem sempre um fundo de verdade.

Domingo, 22h.

Querido diário, o Marcelo acabou agora a venda semanal de livros na RTP. Eu acabei, finalmente, de corrigir os testes de Matemática. Foi uma tarde inteira, já nem consigo abrir os olhos. Vou agora buscar os meninos à minha mãe – cada vez tenho menos tempo para eles. Já não me lembro do que é um domingo.



Segunda-feira, 23h15.

Hoje entrei na escola às 8h30 e saí às 6h30. Pelo meio tive 45 minutos para almoçar. É só fazer as contas... Como seria bom se só tivesse 35 horas de trabalho!

Na escola o pessoal está todo *grelhado* – só quer saber de grelhas. É grelhas de observação para trás, grelhas de registo para frente... Já ninguém fala do trabalho com os alunos, dos problemas com a disciplina ou com a falta dela. A D^a Lurdes tem, pelo menos, esse mérito – conseguiu mudar o tema de conversa na sala dos professores.

Já te expliquei esta história das grelhas, querido diário? Pois não, mas também não sei como...

Imagina que as eminências do ministério resolveram criar uma listagem imensa de coisas a que temos de dar resposta para poder progredir na carreira. O problema é que a batata quente ficou nas mãos das escolas e ninguém faz ideia de como isto se faz. Além de ainda ninguém ter percebido como é que isto vai melhorar a escola. Acho que estamos todos à espera que a escola do lado faça...

Tinha que preparar os vídeos para a aula de amanhã, com os quadros interactivos, mas não tenho cabeça. Uso o quadro preto...

Terça-feira, 23h45.

Hoje tive reunião do PAM.

Imagina esta situação, querido diário: temos que ir a reuniões fora do nosso horário e a deslocação é à nossa custa. Porque é que não nos impõem de vez a isenção de horário? Pelo menos tínhamos direito ao subsídio respectivo. Será que a senhora ministra, quando sai do gabinete em trabalho, vai no carro dela? E será que é ela quem paga a gasolina?

Já estou como o Scolari: o burro sou eu!...





Quarta-feira, 23h55.

Desisto! A sério, desisto!

Quatro horas... Duzentos e quarenta minutos... Catorze mil e quatrocentos segundos numa reunião de departamento... Pra quê? Pra nada!

Há três grupos: a um quero ignorá-lo, porque salta de alegria com o poder ditatorial que isto lhes poderá trazer; outro sofre a cada segundo com a angústia que este processo, que ainda não começou, está a causar; e, claro, há outro grupo que pensa que isto é mais uma das muitas que sai do ministério, e que nós, de uma maneira ou de outra, vamos dar a volta.

Quanto à ignorância, só há um grupo: todos! Na verdade, estamos todos cada vez mais convencidos de que isto serve apenas para poupar uns milhões. Saldo final da reunião: trabalho. Trabalho e mais trabalho...

E amanhã há Pedagógico! É meia-noite e não consigo pensar em nada sobre as grelhas. O que hei-de fazer, querido diário? E ainda não é desta que consigo preparar as coisas para os quadros interactivos...

Quinta-feira, 18h20.

Cheguei agora do hospital – é verdade, aquele ainda não fechou. E ainda bem que a minha mãe está melhor.

Daqui a bocadinho entramos para o Pedagógico. Do que fui ouvindo, ninguém percebe como é que vamos sair deste buraco. Depois conto como foi.

Sexta-feira, 0h50.

A esta hora, querido diário, já deves estar a pensar como correu o Pedagógico. Por um lado correu bem – discutimos e aprovamos por unanimidade um texto a pedir ao ministério o adiamento da entrada em vigor desta trapalhada toda.

O que não correu bem? O resto: saímos como entramos, com mais trabalho e ainda com mais dúvidas. Mas temos uma certeza – ninguém tem tempo para nada: aulas-reuniões-papéis, aulas-reuniões-papéis... E não saímos disto.

Também é comum a sensação de que os alunos estão a ficar para segundo plano. O que estes incompetentes estão a fazer ao futuro do país é muito pior do que aquilo que estão a fazer ao nosso presente.

Imagina que entrei às 6 e meia e saí perto das 9. Cheguei a casa e os miúdos já estavam a dormir – não os vejo desde ontem –, comi qualquer coisa e vim corrigir uma turma de testes.

Que vida é esta que estamos a levar?

Sexta-feira, 22h50.

Acabou a semana. Finalmente!

Estive a ler o que te contei nas últimas semanas e não encontrei nada sobre um momento de prazer... Uma alegria... Um sorriso que tenha visto... Um raio de sol que tenha sentido... É tudo escuro, triste. É tudo uma imensa mentira.

A nossa profissão está triste. Ninguém tem ideias novas. Não há criatividade nem tempo para brincadeira. Os insucessos reais crescem, apesar das mentiras nas pautas. E parece que vamos ter que mentir ainda mais: enganar os alunos e os pais; enganar a nossa ética para fazer de conta que há sucesso e que somos os maiores.

É mentira! Não somos! Somos apenas professores, e só queríamos que nos deixassem em paz com os nossos alunos, com os nossos livros, com os nossos computadores, com as nossas conversas, com os nossos fracassos, mas com a alegria de sermos professores.

Ainda assim, quero acreditar que todos juntos vamos conseguir ultrapassar isto. Acredito na malta do SPN, que sempre nos tem ajudado. E temos que conseguir! Pela nossa sanidade mental... Pelos nossos alunos...

Bom fim-de-semana, querido diário! ▶

João Paulo Silva,

EB23 de Argoncilhe

ILUSTRAÇÕES: PEDRO LINO/ISTO É

Fui um mau aluno e um bom professor (parte 2)

Enquanto professor... De Bach ao "Fame"

Lembro-me de entrar na escola da Cova da Piedade com a sensação de grande controlador. Era a minha experiência como professor e cheguei muito antes da hora, para que nada faltasse ou falhasse.

Coloquei a minha máscara de autoridade e entrei na sala. Nunca me tinha apercebido do quanto é incomodativo vinte e tal pessoas fechadas numa sala a falar alto... Deixei que as vozes amainassem e, quando consegui um pouco de silêncio, comecei por me apresentar. Com uma voz forte e respeitosa.

O certo é que quem estava na minha frente não estava nada interessado na minha presença, e muito menos naquilo que eu teria para transmitir. Graças a Deus que ainda não tinham inventado as flautas de bisel nas aulas de música, senão, com as flautinhas a acompanhar, a algazarra ter-me-ia colocado de baixa durante umas boas semanas...

Nos primeiros dias não conseguia controlar o tempo de aula que tinha preparado meticulosamente em casa. Ou não tinha tempo para transmitir a matéria, ou sobrava-me tempo. Situações normais de um "maçarico". À medida que as aulas iam passando, a minha rouquidão ia aumentando. Até que fiquei quase afónico...

Passados 20 anos, foi-me dada uma grande alegria – a mim, que sempre tinha pensado que a curta passagem pela escola da Cova de Piedade tinha sido de todo infrutífera.

Na altura trabalhava no Coliseu do Porto e precisei de contactar alguém no Palácio de Cristal. Peguei no telefone e marquei.

— Estou... É o senhor Jerónimo Maia?

— Sou sim, senhor professor.

— Senhor Jerónimo, gostaria de marcar uma reunião consigo...

— Quando o senhor professor quiser.

Aqui eu parei para pensar. Que raio estava a acontecer? Do outro lado da linha devia estar alguém a tentar ser engraçadinho.

— Desculpe, senhor Jerónimo, mas por que me trata por professor?

— Porque o senhor António Ferro foi meu professor na escola da Cova da Piedade.

Como o meu aniversário era daí a dias, convidei-o para a minha festa, para o (re)conhecer. Apareceu um rapaz alto, bem constituído, com menos cabelo do que eu e deu-me um beijo. Trazia uma prenda que nunca mais vou esquecer – um relógio de corrente. O Jerónimo lembrava-se que, na altura, eu trajava à alentejana, tipo Vitorino e seus irmãos Dalton do Redondo...

Mas voltemos 18 anos atrás...

Por essa altura mudei para a Escola Preparatória do Feijó, mais perto da minha casa, mas mais perigosa. Estava sempre um polícia à porta, para evitar os assaltos a professores, funcionários e alunos. Com a minha curta – mas sólida – experiência na Cova da Piedade, fui que nem um guerreiro para a minha primeira aula.



Entrei na sala, sentei-me em cima da secretária e esperei que a rapaziada se calasse, numa desportiva, sem máscaras de autoridade. Aproveitei um silêncio mais prolongado e iniciei o meu discurso.

“Agora que vocês já falaram e eu estive calado, chegou a vez de eu falar e de vocês me ouvirem. Chamo-me António Ferro, sou músico, toco com a cantora Maria João, do jazz – e tive logo a sorte de ter sido reconhecido por uma aluna – e estou aqui, não para vos aborrecer com aulas de canto coral ou de solfejo, porque quando tinha a vossa idade detestava, mas para vos falar da música, desde a clássica ao jazz e ao rock – ouvi logo comentários positivos – e para passarmos um bom tempo juntos. Quero preparar um espectáculo tipo «Fame», para apresentarmos no fim do ano, mas tem que ser um segredo nosso, para as outras turmas não nos copiarem”.

Aí já tinha conquistado 70% da rapaziada. “Como as paredes estão muito vazias, quero pedir-vos um trabalho, que será melhor se for feito em grupo. Compram uma cartolina, da cor que quiserem, procuram nas revistas e nos jornais assuntos relacionados com a música (bandas, discos, etc.), colam na cartolina e escrevem uma legenda por baixo”.

Na semana seguinte tinha sete cartolinas prontas, que me apressei a colar nas paredes vazias. No dia seguinte fui chamado ao Conselho Directivo.

— Senhor professor, reparámos que anda a influenciar os alunos para o rock, já que nos trabalhos que colocou nas paredes, sem a nossa autorização, não encontramos outros fora desse género musical.

— Toquei rock quando tinha 15 anos e hoje em dia estou a tocar jazz, com a Maria João. Não sei se já ouviram falar... Não estariam à espera que aparecesse um trabalho dividido em quatro partes, como as estações de Vivaldi, pois não?! Foi a minha primeira pega com o *sistema*.

Fui às casas de instrumentos e levei catálogos para mostrar aos alunos enquanto ouvíamos. Algumas vezes convidava músicos amigos para mostrarem e tocarem os seus instrumentos. Dei-lhes a conhecer as suites de violoncelo de João Sebastião Bach através do Eddie Van Hallen (guitarrista de *heavy metal*).

Ao ouvirem a guitarra distorcida ficaram todos inflamados, mas depois expliquei que a música não era dele; falei do Bach, dos filhos, do seu 11º lugar como organista, dos seus corais, etc. E dei-lhes a ouvir uma suite tocada no instrumento original – o violoncelo. O que teria acontecido se tivesse começado pelo violoncelo?

Resumindo: alguns dos alunos, o único caderno que levavam para as aulas era o de Música, porque eu obrigava-os a escreverem os sumários e as letras das canções que compunha para eles. Organizei torneios de futebol que fizeram muitos alunos faltar às aulas (segunda chamada ao Conselho Directivo) e no final do ano lectivo apresentamos o nosso «Fame», com vocalista, coro feminino e um trio de rock comigo no baixo. Depois fui ao Conselho Directivo e comuniquei-lhes que aquele era o meu último dia de aulas. ▶



António Ferro,
músico

P.S.: Safei-me do comunicado em que pediam aos professores para não corrigirem a vermelho, porque poderia ter um efeito traumatizante para o aluno. Olha eu, vindo de perto do Casal Ventoso, das reguadas e dos assaltos. Então, aí, ficaria na lista negra...



PISA: Programa Internacional para Seguimento das Aquisições dos Alunos

O choque das classificações internacionais

Se, por vezes, têm o efeito de verdadeiro choque eléctrico, os inquéritos sobre os sistemas educativos permitem renovar os debates nacionais e suscitar reformas.

“Entre nós, houve claramente um antes e um após Pisa. O inquérito, que revelou performances escolares absolutamente medianas, constituiu um verdadeiro choque num país que julgava ter o melhor sistema educativo do mundo”, constata o director de um dos centros de investigação em educação da Suíça francófona. A Suíça não é excepção – na grande maioria dos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico], o inquérito sobre as aquisições dos alunos no final da escolaridade obrigatória criou uma onda de choque mediático e político.

Ainda que circunscrito a um domínio muito especializado – a avaliação das competências dos alunos de 15 anos em compreensão da escrita, matemática e ciências – o estudo internacional lançado pela OCDE no ano 2000 foi, desde logo, assunto de primeira página na imprensa da quase totalidade dos países participantes. Os jornais diários e as revistas de actualidade apoderaram-se, sobretudo, do palmarés e dos resultados nacionais. Objectivo: posicionar

o sistema educativo nacional no seio de uma vasta classificação planetária das competências escolares. Assim, e logo após a publicação dos primeiros resultados do Pisa, o «Frankfurter Allgemeine Zeitung» abria, em 04.12.2001, com o título “Notas abissais para os alunos alemães”, enquanto o «Le Monde» de 05.12.2001 afirmava “A França, aluna medíocre da turma OCDE” e o «Times» se interrogava “Afinal não somos maus alunos?” (06.12.2001).

Para além das comparações internacionais, nos países federais, o inquérito foi pretexto para comparação, ou mesmo confrontação, entre regiões. Na Bélgica, os Flamengos, quase à cabeça da lista, apontaram o dedo aos seus concidadãos da Valónia, na cauda do pelotão. Também o cantão suíço de Genebra, Meca da pedagogia, caiu do alto da sua tradicional arrogância, perante resultados medíocres.

Desilusão violenta para a Alemanha

O inquérito serviu igualmente para suscitar debates em círculos políticos e científicos mais restritos. Nas estruturas educativas tradicionais dos países que não conseguiram posições de topo, as escolhas políticas recentes foram questionadas. Assim, na Alemanha, colocada nos últimos lugares do *ranking* dos países da OCDE, o choque foi particularmente violento. A restrição do tempo lectivo, reduzido exclusivamente à manhã, o fraco investimento na educação pré-escolar, a ausência de programas nacionais e a forte descentralização da educação, foram indiscriminadamente apontados como responsáveis pela mediocridade dos resultados.

Na Valónia, as desigualdades de nível entre alunos só se transformaram em preocupação política relevante com a publicação dos resultados do Pisa. O programa desencadeou, igualmente, um importante debate na Dinamarca, que, face às suas performances mediócras, se questionou sobre os fundamentos dos investimentos em educação. O Japão, assistindo à degradação dos seus resultados, iniciou também um debate interno sobre o seu sistema educativo.

Assim, e graças ao Pisa, em muitos países da OCDE a educação tornou-se um dos temas principais sobre políticas internas.

A França tem-se mantido um pouco à margem deste movimento. Os resultados do país, nos dois primeiros ciclos do Pisa, não conduziram a uma análise aprofundada do siste-

ma educativo nacional, preferindo o ministro da Educação diligenciar uma investigação sobre as lacunas do... Pisa. A análise do Pisa 2006 poderá ter alterado este facto, como o demonstram as primeiras declarações alarmistas de Xavier Darcos [ministro da Educação], proferidas antes mesmo da publicação oficial dos resultados do inquérito.

Nalguns países, o choque Pisa conduziu directamente a reformas educativas. Foi o caso da Suíça, onde o ambicioso Projecto Harnos, de harmonização das estruturas e de criação de padrões na escolaridade obrigatória, foi o resultado da reflexão suscitada pelo inquérito. "O Harnos constitui uma revolução num Estado descentralizado como o nosso. É incontestavelmente o filho ilegítimo de Pisa e dos esforços de coordenação infrutíferos até então", refere um investigador suíço. Na Alemanha e no Japão, foram também iniciadas inúmeras reformas educativas. "Pisa teve consequências directas sobre o funcionamento do nosso sistema educativo" – refere também uma investigadora inglesa. "Em particular, as avaliações dos alunos, já numerosas antes, multiplicaram-se depois de Pisa". +





Cavalo de Tróia infiltrado nos sistemas nacionais

Se a OCDE conseguiu, graças ao cavalo de Tróia que é o seu inquérito, entrar no debate público e na reflexão política sobre educação, alguns países tentam, no entanto, a partir de então, manter uma certa distância em relação a esta ingerência. Assim, na Suíça, tanto por razões orçamentais como, também, para limitar o impacto do inquérito sobre a opinião pública, alguns cantões solicitaram que a prova do Pisa 2009 fosse menos complexa. Minoritária, ainda que por uma diferença mínima, de 10 cantões contra 11, esta posição não conseguiu vencer. Na Alemanha, são elaborados, desde então, testes nacionais, considerados mais aptos para informar acerca das performances dos alunos.

Jeanne Diot

(tradução de Helena Miranda)

Texto publicado na revista "Sciences Humaines", nº 189, Janeiro/2008

O impacto de Pisa sobre o debate público e as políticas nacionais de educação é, actualmente, alvo de um estudo no âmbito do projecto europeu Knowpol. Por que razão se apoderaram os meios de comunicação deste estudo? Existem terrenos propícios à sobremediatização do inquérito? Será que Pisa desencadeou uma nova reflexão política acompanhada de reformas, ou estaremos perante uma instrumentalização do programa, a fim de legitimar decisões já programadas? ▶

Como explicar o sucesso finlandês?

Foi uma surpresa verificar que era um pequeno país, bem discreto, que revelava os melhores resultados globais de entre todos os países testados pela OCDE. Mas há mais: a Finlândia, revela o inquérito Pisa, faz parte dos países em que o impacto das disparidades sociais sobre o sucesso dos alunos é o mais fraco. Ou seja, no país das renas e dos lapões atingiu-se o objectivo almejado por inúmeras democracias – um sistema educativo eficaz e que corrige as desigualdades sociais.

Quais os segredos de tal sucesso? Por um lado, a Finlândia é um Estado que trata bem a sua escola (sendo a despesa média por aluno, no entanto, ligeiramente inferior à de França), com estabelecimentos de ensino relativamente pequenos (o número médio de alunos, por estabelecimento, é de 167, contra 512 em França). Refeições quentes e transportes gratuitos, ambiente cuidado – tudo é pensado para o melhor acolhimento possível dos alunos.

Parece também, e sobretudo, que este sucesso deve ser atribuído a uma certa filosofia da educação levado a cabo em todos os países escandinavos (Suécia, Noruega, Dinamarca). Estes Estados foram os primeiros a instaurar uma verdadeira escolaridade única (dos 7 aos 16 anos), sem hierarquia, sem níveis, sem avaliação penalizadora ou problemas de "passagem para o ano seguinte". Os percursos dos alunos são individualizados.

Na Finlândia, o lema é "cada aluno é importante". Em caso de dificuldade, o aluno é acompanhado por uma equipa de professores. A diversidade dos ritmos das crianças constitui uma preocupação e a reprovação é proscribida, salvo em casos excepcionais. As notas só são atribuídas ao fim de sete anos, no momento em que cada aluno começa a organizar o seu próprio currículo, fazendo opções de acordo com a sua orientação futura. Os métodos pedagógicos privilegiam a actividade dos alunos e a cooperação família-escola, professores de diferentes disciplinas, entrelaçada entre alunos de idades diferentes.

Saliente-se que, nestes sistemas, os estabelecimentos escolares beneficiam de uma grande autonomia e que "a obsessão em cumprir o programa prescrito pelo Ministério parece ser estranha à Finlândia" (Henri Charpentier, «*Systèmes scolaires et équité sociale*»). Os especialistas sublinham, ainda, o elevado grau de exigência na formação de professores.

Há, no entanto, um problema que subsiste: será possível exportar o modelo finlandês para Estados onde a população escolar é claramente mais heterogénea? ▶

Adiar

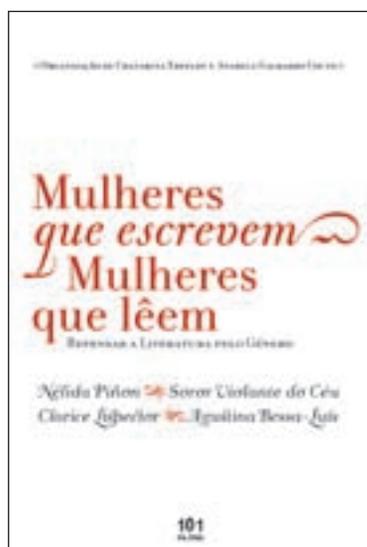
A cada momento que passa
uma mágoa me fica.
Uma lembrança baça
que não se explica.

Uma lembrança baça
daquilo que quis ser
um desatino de dor
que vejo crescer.

Mas quando o relógio pára
e o sonho se emancipa,
a mágoa passa
no momento que fica.

Leonardo (pseudónimo)

NARRATIVAS pretende ser um espaço de expressão pessoal e criativa para os leitores da «SPN-Informação», professores ou não. Por norma, os textos – a enviar por correio postal para a Redacção da revista ou para spninfo@spn.pt, sempre com a indicação de um contacto telefónico e da menção “para publicação em Narrativas” – não deverão exceder 2.500 caracteres (eventualmente, poderão ser aceites fotografias e realizações plásticas ou outras). Os autores poderão preservar a sua identidade, solicitando a utilização de pseudónimo. A autenticidade da autoria dos trabalhos enviados é da exclusiva responsabilidade dos remetentes, reservando-se a «SPN-Informação» o direito de os publicar ou não.



Repensar a literatura pelo género

Quase que chegava no Dia Internacional da Mulher... A editora 1001 Noites agendou para 14 de Março o lançamento de «Mulheres que Escrevem / Mulheres que Lêem – Repensar a Literatura Pelo Género».

Com o intuito de promover o estudo sobre a literatura escrita por mulheres, foram reunidos quatro contos de escritoras portuguesas e brasileiras e um conjunto de estudos de género assinados por cinco investigadoras.

O volume abre com “I Love My Husband”, um conto de Nélide Piñon, imbuído de ironia, onde uma mulher oscila entre a figura da mulher-sombra e a guerreira Nayoka. A análise de Chatarina Edfeldt explora o entendimento dos sexos, dos estereótipos e dos papéis sexuais no casamento burguês.

Da actualidade, recua-se para o universo fechado de Soror Violante do Céu, com uma selecção de poesia (“Rimas Várias”) desta monja-escritora seiscentista. A leitura de Anabela Galhardo Couto situa-se na linha de resgate de obras literárias que, por escaparem aos cânones, foram esquecidas.

“Cem Anos de Perdão”, de Clarice Lispector, inscreve-se sob o signo da rosa e do seu simbolismo e Fátima da Silva analisa-o à luz da desconstrução dos papéis sexuais. Concluindo a antologia literária, “Voo Silencioso”, de Agustina Bessa-Luís, decorre em torno da mística rebelde Soror Maria da Visitação e de um processo inquisitorial a que foi submetida. Ana Maria Ferreira lê aqui uma reflexão sobre as fronteiras do espaço feminino na Península Ibérica.

Finalmente, o ensaio “O Coração e a Escrita ou um Outro Tipo de Saber”, de Teresa Joaquim, sintetiza um corpo de indagações que articulam literatura, género e diferença sexual.



Graça Morais na Galeria do Palácio

“Um quadro é sempre o lugar da minha maior intimidade. Estou lá toda. Tudo o que absorvo do exterior passa primeiro por dentro de mim, pelas minhas vísceras, pela minha cabeça. E depois sai e fica numa tela”.

Até 30 de Abril, está patente na Biblioteca Municipal Almeida Garrett / Galeria do Palácio, no Porto (Palácio de Cristal), uma mostra de trabalhos de Graça Morais. “Graça Morais na coleção da Fundação Paço d’Arcos: Pintura, Desenho e Azulejo (1982–2007)” integra cerca de 150 obras e inclui um vídeo, de Joana Morais, em que a pintora revela as suas raízes e o seu percurso.

Paralelamente à exposição, outras actividades permitem aprofundar o conhecimento da obra da autora de “As escolhidas”:

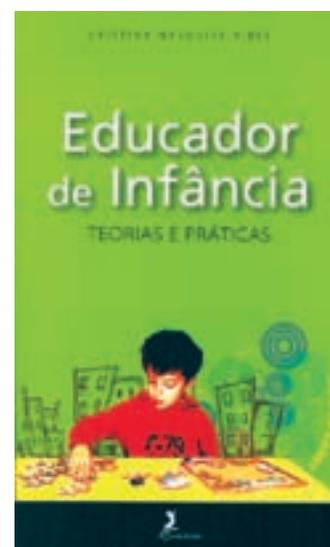
Visitas Guiadas: *Um passeio pela obra de Graça Morais*, terças e sextas-feiras, 9h30-12h e 13h30-16h (público em geral e grupos escolares).

Oficina de Páscoa: *De um quadro nasce um conto*. Destinada a crianças e jovens, os participantes são convidados a descobrir histórias representadas nos quadros da artista. 25 a 28 de Março (1 oficina/dia), 9h30-12h30 e 13h30-16h.

**Biblioteca Municipal Almeida Garrett
Galeria do Palácio**

3ª feira a domingo, 10h-12h30 e 13h30-17h30
(entrada livre)

Informações/marcações
226 081 000 (extensão 3063)



A especificidade da Educação de Infância

Nas instalações do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) em Bragança, foi recentemente apresentado o volume «Educador de Infância: teorias e práticas», de Cristina Mesquita-Pires (Profedições, 2008).

Dirigente da Área Sindical de Bragança, a autora centra-se na especificidade da Educação de Infância, evidenciando que a evolução das instituições responsáveis pelo acolhimento de crianças dos 3 aos 6 anos e os modelos curriculares adoptados foram determinados por valores e concepções políticas, económicas, sociais ideológicas e educativas, que marcaram historicamente o país. Concepções que também determinaram os modelos de formação de educadores e as instituições a quem foi atribuída esta responsabilidade.

Nota da Autora: “Por vezes, a emoção com que vivemos alguns momentos leva-nos a perder a lucidez, e muito daquilo que queríamos dizer, ou as intenções mais solenes, esvaziam-se nas poucas palavras que conseguimos emitir.

Por isso quero, através da «SPN-Informação» agradecer à Profedições a oportunidade que me deu ao publicar este livro. Agradeço todo o empenho e disponibilidade por ter acolhido as minhas ideias e por ter apostado nesta edição.

Também quero agradecer ao SPN as portas que me tem aberto, os contactos que me tem proporcionado e os saberes profissionais que me ajudou a construir.

À Área Sindical de Bragança faço uma menção especial, pela forma como sabe respeitar as ideias dos seus sócios e pelo apoio que tem dado ao meu trabalho.

A todos quantos me apoiaram e tornaram possível a edição deste livro e a sessão de lançamento, bem hajam”.



Um dia bestial

Tinha que ser! A iminência de um grande protesto nacional e, posteriormente, a constatação de que cerca de 100 mil educadores/professores de todo o país desfilarão entre o Marquês e o Terreiro do Paço, tinham que provocar algum alarido no seio do Governo. E assim, finalmente, os professores e os seus problemas conseguiram captar o interesse da opinião pública por via da Comunicação Social.

No Governo, os sinos tocaram a rebate, ergueram-se salvadores da pátria socialista e desceram à terra anjos-da-guarda da ministra da Educação, que, em pose penitente, disse a quantos lhe estenderam o microfone o que até então nenhum manifestante lhe tinha ouvido dizer: parece que, afinal, a avaliação do desempenho docente não é uma urgência, que a alteração ao regime de gestão e direcção das escolas é e não é uma prioridade e até, pasme-se!, que está disponível para conversar com os sindicatos. Quem a via e quem a viu... Milagre do 8 de Março!

Sobre a Comunicação Social, reconheça-se que, de um modo geral, a cobertura dada à Marcha da Indignação – como aos protestos, espontâneos ou não, que a antecederam – foi equilibrada e consensual. Mas cabe perguntar: se não se perspectivasse a enchente no Terreiro do Paço, teria sido assim? Alguém teria feito eco do mal-estar que se vive hoje nas escolas e na profissão?

Nos sindicatos, bem sabemos quão difícil é fazer *entrar* nas redacções alguma tomada de posição, alguma iniciativa, alguma proposta que seja. E alguém pode dizer, nessas mesmas redacções, que conhece as posições da Fenprof e/ou dos seus sindicatos sobre as diferentes matérias sócio-profissionais de que, por estes dias, quase todos falaram? Se conhecem, como tratam essa informação de que dispõem?

Se conhecem, como é que um chefe de redacção adjunto se permite questionar, num espaço de opinião, por que protestam os professores, sugerindo que o fazem porque a ministra impôs a escola a tempo inteiro, “acabando com as tardes ou as manhãs livres?”, porque impôs as aulas de substituição, “combatendo o vergonhoso absentismo que se vivia nas escolas?” ou porque decidiu que “era tempo de avaliar a prestação dos professores em vez de deixar prolongar a irresponsabilidade?” («Jornal de Notícias», 28.Fev.2008).

Declarando “o máximo respeito pela profissão de professor”, Rafael Barbosa esclarece que o tem apenas “por uma parcela pequena dos nossos professores. Infelizmente, muitos deles não são mais do que verbo de encher”. E conclui que, provavelmente, a “besta negra” dos professores são os próprios professores.

Não, os *professores* não são “bestas negras” de nada nem de ninguém, nem protestam contra a escola a tempo inteiro, as aulas de substituição ou a avaliação do desempenho – protestamos, quando muito, contra a sua *imposição*, e acima de tudo contra a forma atabalhoada como são definidas e postas em prática essas e outras medidas, ao arrepio do verdadeiro interesse da comunidade escolar (onde, obviamente, nos inserimos).

A *caneta* de Rafael Barbosa não soube, ou não quis, explicar isto aos seus leitores. O que não permite concluir que seja a “besta-quadrada” dos opinantes. ▶

António Baldaia



nesta edição

a abrir

02. Marcar a agenda

editorial

03. O tempo dos professores

acção reivindicativa

No dia 12 de Fevereiro, o Plenário Regional de Professores promovido pelo SPN transformou o Cinema Batalha, no Porto, numa sala pequena, com mais de 1.200 participantes a esgotarem a lotação. Começou aí a brotar a marcha da indignação, que viria a superar todas as expectativas – 100 mil educadores e professores encheram o Terreiro do Paço, dizendo à ministra da Educação que está na hora de ir embora.

04. A nascente da indignação

05. Plenário exige valorização da profissão e da escola pública

06. Os culpados desta sanha têm nome

08. Marcha da Indignação

10. A voz de quem está no terreno

do superior

12. Universidades na penúria

notícias spn

13. Processo eleitoral já está em curso

destaque

A implantação do Ensino Profissional (1989) tinha, entre outros desígnios, o objectivo de se contrapor à irracionalidade da proliferação de pequenas acções de formação carecidas de propósito estratégico e de articulação metódica. Dezoito anos depois, este subsistema chega à escola pública, desencadeando novos desafios.

15. Ensino Profissional na escola pública. Os desafios do currículo e da abertura aos contextos locais

dia internacional da mulher

19. Enquanto professoras e educadoras, damos rosto ao futuro

20. Meu lado mulher

21. Às mulheres que não sabem a que sabe a liberdade

opinião

22. Diário da mentira

24. Enquanto professor... De Bach ao "Fame"

vemos, ouvimos e lemos

Na maioria dos países da OCDE, os resultados do PISA têm forte repercussão mediática e política. Ainda que circunscrito a um domínio especializado, o estudo foi, desde logo, assunto de primeira página na quase totalidade dos países.

26. O choque das classificações internacionais

28. Como explicar o sucesso finlandês

apostas spn

30. Repensar a literatura pelo género | Graça Morais na Galeria do Palácio | A especificidade da Educação de Infância

a fechar

31. Um dia bestial

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXIII · II Série · N.º 23

Março 2008 · 2 euros

spninfo@spn.pt